Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911



Barreiras Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.)

Informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2026

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

Barreiras Transmissora de Energia S.A.

Informações financeiras intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 1
BALANÇO PATRIMONIAL 3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO 7

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL 8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS 10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 10
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 11
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 11
7. ATIVO DE CONTRATO 12
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 12
9. DEBÊNTURES 13
10. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS 16
11. PIS E COFINS DIFERIDOS 17
12. CONTINGÊNCIAS 18
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 18
14. LUCRO POR AÇÃO 19
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 20
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS 20
17. RESULTADO FINANCEIRO 21
18. PARTES RELACIONADAS 21
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 22
20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 24
21. SEGUROS 24
22. EVENTOS SUBSEQUENTES 24

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

Relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Barreiras Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Barreiras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity,* respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

www.pwc.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

Barreiras Transmissora de Energia S.A.

Outros assuntos - Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, às mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras intermediárias daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de novembro de 2025 e 12 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Assinado por: Bruno Guedes Monteiro:10055965733
CPF: 10055965733
Data/Hora da Assinatura: 11 de novembro de 2026 | 21:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
D02B7504A47247C...

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.772	14.692
Títulos e valores mobiliários	5	32.141	25.456
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	19.409	18.496
Ativos de contrato	7	131.359	123.367
Serviços de P&D		1.408	1.408
Adiantamento a fornecedores		84	50
Impostos e contribuições a recuperar		983	1.617
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		4.336	4.287
Outros ativos		461	294
Total do circulante		**197.953**	**189.667**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	14.500	13.331
Intangível		341	348
Ativos de contrato	7	1.124.490	1.080.330
Total do não circulante		**1.139.331**	**1.094.009**
Total do ativo		**1.337.284**	**1.283.676**

Passivo	Notas	30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores		3.530	5.491
Empréstimos e financiamentos	8	17.440	17.601
Debêntures	9	7.980	7.505
Impostos e contribuições a recolher		1.149	1.079
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		4.033	4.800
PIS e COFINS diferidos	11	12.151	5.260
Partes relacionadas	18	888	-
Dividendos a pagar	18 (a)	-	2.498
Encargos setoriais		2.342	1.904
Outros passivos		5.737	5.107
Total do circulante		**55.250**	**51.245**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	269.128	282.396
Debêntures	9	48.461	54.152
PIS e COFINS diferidos	11	104.015	106.082
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	267.001	244.769
Outros passivos		1.701	-
Total do não circulante		**690.306**	**687.399**
Total do passivo		**745.556**	**738.644**
Patrimônio líquido	**13**		
Capital social		101.662	101.662
Reserva legal		20.332	20.332
Reserva de lucros a realizar		294.908	294.908
Reserva de incentivos fiscais		46.801	46.801
Reserva para investimento e expansão		43.827	81.329
Lucros acumulados		84.198	-
Total do patrimônio líquido		**591.728**	**545.032**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.337.284**	**1.283.676**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional líquida	15	61.221	136.994	33.272	100.324
Custos operacionais	16 (a)	(1.393)	(4.182)	(3.132)	(5.743)
Lucro bruto		**59.828**	**132.812**	**30.140**	**94.581**
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(1.445)	(4.973)	(274)	(997)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	127	117
Total de despesas operacionais		**(1.445)**	**(4.973)**	**(147)**	**(880)**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**58.383**	**127.839**	**29.993**	**93.701**
Receitas financeiras		1.395	4.722	2.012	5.218
Despesas financeiras		(5.236)	(22.086)	(5.845)	(25.664)
Resultado financeiro	17	**(3.841)**	**(17.364)**	**(3.833)**	**(20.446)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**54.542**	**110.475**	**26.160**	**73.255**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.458)	(4.045)	(1.536)	(3.340)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(12.985)	(22.232)	(3.073)	(12.286)
Impostos sobre o lucro	10(a)	**(14.443)**	**(26.277)**	**(4.609)**	**(15.626)**
Lucro líquido do período		**40.099**	**84.198**	**21.551**	**57.629**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período	40.099	84.198	21.551	57.629
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	**40.099**	**84.198**	**21.551**	**57.629**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**92.459**	**18.275**	**66.339**	**71.813**	**33.451**	**44.371**	**-**	**326.708**
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(44.371)	-	**(44.371)**
Integralização de capital		9.203	-	(9.203)	-	-	-	-	**-**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	57.629	**57.629**
Saldos em 30 de setembro de 2025	13	**101.662**	**18.275**	**57.136**	**71.813**	**33.451**	**-**	**57.629**	**339.966**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13	**101.662**	**20.332**	**81.329**	**294.908**	**46.801**	**-**	**-**	**545.032**
Dividendos intermediários	13 (d)	-	-	(37.502)	-	-	-	-	**(37.502)**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	84.198	**84.198**
Saldos em 30 de setembro de 2026		**101.662**	**20.332**	**43.827**	**294.908**	**46.801**	**-**	**84.198**	**591.728**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2026	30/09/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		110.475	73.255
Ajuste para:			
Amortização do intangível		19	12
Remuneração do ativo de contrato	7	(144.882)	(101.648)
Receita de operação e manutenção	7	(8.155)	(9.872)
PIS e COFINS diferidos	11	4.824	1.283
Encargos financeiros e custos de transação da dívida	8/9	18.970	20.853
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(4.070)	(3.892)
Provisão para perda de créditos esperadas	6	943	-
		(21.876)	**(20.009)**
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		99.029	94.314
Impostos e contribuições a recuperar		634	28
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(49)	(228)
Adiantamento a fornecedores		(34)	3
Outros ativos		(167)	(322)
Partes relacionadas		888	-
Fornecedores		(1.961)	(803)
Impostos e contribuições a recolher		70	92
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		(3.356)	(13)
Encargos setoriais		438	292
Outros passivos		2.331	133
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**75.947**	**73.487**
Juros recebidos de aplicações financeiras		-	2.681
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.456)	(2.743)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	8/9	(18.779)	(20.398)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**55.712**	**53.027**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		(3.784)	(4.535)
Aquisição de intangível		(12)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.796)**	**(4.535)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(12.375)	(11.727)
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	9	(6.461)	(7.732)
Dividendos pagos	18 (a)	(40.000)	(46.649)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(58.836)**	**(66.108)**
Redução em caixa e equivalentes de caixa		**(6.920)**	**(17.616)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.692	17.752
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		7.772	136
Redução em caixa e equivalentes de caixa		**(6.920)**	**(17.616)**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

1. Contexto operacional

A Barreiras Transmissora de Energia S.A. ("Barreiras", "Companhia", "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada diretamente pela Verene Transmissão Subholding S.A. ("Verene Subholding") e indiretamente pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), e pela Verene Energia S.A. ("Verene Energia"), com sede na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.220-001, a qual tem como controladora final a *Caisse de dépôt et placement du Québec ("La Caisse")* (**). A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão (LT) Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV(*), segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 251(*) km, com origem na subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas.

(*) Não revisado.
(**) Vide nota explicativa 22 - Eventos subsequentes.

1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 007/2017, assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1548/2019. Apesar de a licença ter vencido em 27 de dezembro de 2025, sua renovação foi requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade, conforme a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, de modo que sua validade permanece automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

A Resolução Autorizativa n° 14.106/2023 autorizou a Companhia a implantar os reforços constantes do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2021 nas Subestações Barreiras II e Rio das Éguas. Dessa forma, foram incluídas como reforços as instalações de fase reserva nos bancos de reatores de linha nos terminais da LT 500 kV Rio das Éguas - Barreiras II, C2.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas periodicamente na mesma data da RAP.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de julho de 2022), que reajustou em 9,38% a RAP.

1.2. Atualização da RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado a seguir:

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

Ciclo	RAP	Despacho / Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2026-2027	125.537	nº 2.268/2026, de 22 de junho de 2026	IPCA
2025-2026	119.866	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 4,73% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

1.3. Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023 a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrou em vigor, em período de transição, em 2026, com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 30 de setembro de 2026, data base destas Informações financeiras intermediárias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

1.4. Alienação do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluída a alienação da totalidade das ações de emissão da Verene Transmissão Subholding S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A.) detidas pela Equatorial S.A. (“Vendedora”). A Verene Transmissão Subholding S.A. é a controladora e única acionista de sete sociedades, entre elas a Companhia. As ações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”), na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., que, por sua vez, é controlada pela La Caisse (Caisse de dépôt et placement du Québec – CDPQ).

Com a conclusão dessa transação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Verene, por meio da IEB.

2. Base de preparação e apresentação das Informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As Informações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As Informações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As Informações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

As Informações financeiras intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Informações financeiras intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das Informações financeiras intermediárias, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão das Informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Informações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não vigentes

Os novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cuja vigência ainda não se iniciou, não apresentam alterações relevantes em relação às informações anteriormente divulgadas na Nota Explicativa nº 3.16 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não sendo esperados impactos significativos nas informações financeiras da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As Informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	74	445
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	7.698	8.241
Operações compromissadas	-	6.006
Total	**7.772**	**14.692**

(a) Referem-se a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 98,07% a.a. do CDI (98,06% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

5. Títulos e valores mobiliários

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	32.141	25.456
	32.141	**25.456**
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	14.500	13.331
	14.500	**13.331**
Total	**46.641**	**38.787**

(a) Os fundos de investimento são compostos por ativos financeiros com vencimentos superiores a três meses e/ou mantidos para fazer frente a investimentos, como a construção de projetos de infraestrutura para prestação dos serviços da concessão. Visando melhor rentabilidade, são compostos majoritariamente por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) emitidas pelo Tesouro Nacional e por operações compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a política de investimento dos fundos.

(b) Referem-se às aplicações restritas à garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo que a rentabilidade média ponderada da carteira no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 103,02% a.a. do CDI (98,40% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição das contas a receber:

	30/09/2026	31/12/2025
A vencer	12.724	11.596
Saldos vencidos		
Até 90 dias	583	379
Entre 91 e 180 dias	206	791
Entre 181 e 365 dias	343	616
Acima de 365 dias (a)	6.496	5.114
(-) Provisão para perda de crédito esperada (b)	(943)	-
Total	**19.409**	**18.496**

(a) A Companhia, na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de "contas a receber de concessionárias e permissionárias", no ativo circulante e "Encargos rescisórios – ONS" no passivo circulante, na rubrica de "outros passivos", em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requerem a utilização de contas de trânsito até o efetivo recebimento dos valores e a transferência destes valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do "máximo esforço" compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

Segue abaixo a composição do saldo acima de 365 dias:

	30/09/2026	31/12/2025
Encargos rescisórios - ONS	5.348	4.796
Outros	1.148	318
Total	**6.496**	**5.114**

(b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções, considerando a probabilidade de inadimplência, o montante da perda estimada e a exposição ao risco de crédito.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. A provisão foi reconhecida em decorrência da avaliação de perdas esperadas de crédito, elaborada com base nas melhores informações e estimativas disponíveis pela Administração.

7. Ativo de contrato

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante	131.359	123.367
Não circulante	1.124.490	1.080.330
Total	**1.255.849**	**1.203.697**

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	**874.022**
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	9.872
Remuneração (b)	101.648
Amortização (c)	(96.582)
Em 30 de setembro de 2025	**888.960**
Em 31 de dezembro de 2025	**1.203.697**
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	8.155
Remuneração (b)	144.882
Amortização (c)	(100.885)
Em 30 de setembro de 2026	**1.255.849**

(a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;

(b) A remuneração do ativo de contrato é reconhecida com base na taxa do projeto, considerando os fluxos futuros de recebimentos trazidos a valor presente, os quais são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão;

8. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2026			31/12/2025		
	Principal + Juros	Custo de captação	Total	Principal + Juros	Custo de captação	Total
Circulante	17.558	(118)	17.440	17.720	(119)	17.601
Não circulante	270.412	(1.284)	269.128	283.768	(1.372)	282.396
Total	**287.970**	**(1.402)**	**286.568**	**301.488**	**(1.491)**	**299.997**

(a) Características

				Vigência	
Moeda nacional (R$)	**Custo da dívida (%a.a.)**	**Garantia**	**Amortização principal e juros**	**Início**	**Vencimento**
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	Mensal	nov/18	jul/38

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**17.025**	**299.443**	**316.468**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(11.727)	-	(11.727)
Pagamentos de juros	(18.035)	-	(18.035)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	17.242	(323)	16.919
Transferências	12.327	(12.327)	-
Custo de captação (i)	89	-	89
Em 30 de setembro de 2025	**16.921**	**286.793**	**303.714**
Em 31 de dezembro de 2025	**17.601**	**282.396**	**299.997**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(12.375)	-	(12.375)
Pagamentos de juros	(15.833)	-	(15.833)
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	14.691	(1)	14.690
Transferências	13.355	(13.355)	-
Custo de captação (i)	1	88	89
Em 30 de setembro de 2026	**17.440**	**269.128**	**286.568**

(i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	30/09/2026	
	Principal + Juros	%
Circulante	**17.440**	**6%**
2027	4.730	2%
2028	19.333	7%
2029	20.354	7%
2030 em diante	225.995	79%
(-) Custo de captação	(1.284)	(1%)
Não circulante	**269.128**	**94%**
Total de empréstimos	**286.568**	**100%**

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, reais e covenants não financeiros, cujo não cumprimento poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

9. Debêntures

	30/09/2026			31/12/2025		
	Principal + Juros	Custo de captação	Total	Principal + Juros	Custo de captação	Total
Circulante	8.214	(234)	7.980	7.740	(235)	7.505
Não circulante	49.709	(1.248)	48.461	55.574	(1.422)	54.152
Total	**57.923**	**(1.482)**	**56.441**	**63.314**	**(1.657)**	**61.657**

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33

(1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie quirografária
(4) Debêntures incentivadas
(5) Garantia fidejussória
(6) Amortização principal e juros: Semestral

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**8.860**	**57.672**	**66.532**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(7.732)	-	**(7.732)**
Pagamentos de juros	(3.159)	-	**(3.159)**
Efeito não caixa:			
Encargos	2.296	-	**2.296**
Variação monetária	2.116	53	**2.169**
Transferências	4.129	(4.129)	**-**
Custo de captação (i)	176	-	**176**
Em 30 de setembro de 2025	**6.686**	**53.596**	**60.282**
Em 31 de dezembro de 2025	**7.505**	**54.152**	**61.657**
Efeito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(6.461)	-	**(6.461)**
Pagamentos de juros	(2.946)	-	**(2.946)**
Efeito não caixa:			
Encargos e variação monetária	2.348	1.668	**4.016**
Transferências	7.533	(7.533)	**-**
Custo de captação (i)	1	174	**175**
Em 30 de setembro de 2026	**7.980**	**48.461**	**56.441**

(i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	30/09/2026	
	Principal + Juros	%
Circulante	**7.980**	**14%**
2028	8.054	14%
2029	8.270	15%
2030 em diante	33.385	59%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(1.248)	(2%)
Não circulante	**48.461**	**86%**
Total de debêntures	**56.441**	**100%**

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

(i) Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) tendo como base suas informações trimestrais;

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(ii) Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado, medido na fiadora Verene Transmissão Subholding S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros), tendo como base suas informações trimestrais.

A posição dos covenants financeiros das debêntures em 30 de setembro de 2026 está demonstrada a seguir:

Covenants debêntures	**1ª emissão**
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	2,70
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	3,69

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro antes do IR e CSLL	54.542	54.542	110.475	110.475	26.160	26.160	73.255	73.255
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Subtotal	**(13.636)**	**(4.909)**	**(27.619)**	**(9.943)**	**(6.540)**	**(2.354)**	**(18.314)**	**(6.593)**
Dedução do adicional do IR	6	-	18	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**(13.630)**	**(4.909)**	**(27.601)**	**(9.943)**	**(6.540)**	**(2.354)**	**(18.314)**	**(6.593)**
IRPJ subvenção governamental (i)	4.043	-	11.217	-	4.260	-	9.260	-
Outras adições (reversões) permanentes	39	14	37	13	20	5	21	-
Total	**(9.548)**	**(4.895)**	**(16.347)**	**(9.930)**	**(2.260)**	**(2.349)**	**(9.033)**	**(6.593)**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(1.458)	-	(4.045)	-	(1.536)	-	(3.340)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(9.548)	(3.437)	(16.347)	(5.885)	(2.260)	(813)	(9.033)	(3.253)
Total	**(9.548)**	**(4.895)**	**(16.347)**	**(9.930)**	**(2.260)**	**(2.349)**	**(9.033)**	**(6.593)**
Taxa efetiva	18%	9%	15%	9%	9%	9%	12%	9%

(i) Em 17 de outubro de 2025, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0236/2025, que renovou o incentivo fiscal anteriormente concedido por meio do Laudo Constitutivo nº 80/2020, mantendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 anos. A renovação foi requerida antecipadamente em razão das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 214/2025, visando preservar as condições vigentes do benefício.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	30/09/2026
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	1.065	-	1.065
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	26	-	26
Outros	36	-	36
Total	**1.127**	**-**	**1.127**
Passivo fiscal diferido			
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(245.896)	(21.982)	(267.878)
Outros	-	(250)	(250)
Total	**(245.896)**	**(22.232)**	**(268.128)**
Total líquido	**(244.769)**	**(22.232)**	**(267.001)**

	31/12/2024	Reconhecimento no resultado	30/09/2025
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal	1.065	-	1.065
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	32	(12)	20
Outros	-	-	-
Total	**1.097**	**(12)**	**1.085**
Passivo fiscal diferido			
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(134.420)	(12.274)	(146.694)
Outros	-	-	-
Total	**(134.420)**	**(12.274)**	**(146.694)**
Total líquido	**(133.323)**	**(12.286)**	**(145.609)**

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Os prejuízos fiscais não possuem limite temporal para utilização, estando sua compensação limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício. Considerando o atual benefício fiscal de redução do IRPJ usufruído pela Companhia, a realização dos respectivos créditos tributários é esperada principalmente após o encerramento desse incentivo, com base na projeção de lucros tributáveis futuros que suportam sua recuperação.

11. PIS e COFINS diferidos

	30/09/2026	31/12/2025
PIS	20.721	19.861
COFINS	95.445	91.481
Total	**116.166**	**111.342**
Circulante	12.151	5.260
Não circulante	104.015	106.082

A variação ocorre devido à revisão da segregação entre curto e longo prazo do PIS e COFINS diferidos, de modo a alinhá-la ao cronograma de realização do ativo de contrato.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	144.882	135.052
Receita Anual Permitida - RAP	(100.885)	(128.500)
Receita de Operação e Manutenção	8.155	12.408
Revisão de premissas de ativo de contrato	-	310.715
Base para PIS/COFINS diferido	**52.152**	**329.675**
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	**4.824**	**30.496**
Saldo no início do período (ii)	111.342	80.846
Saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii)	**116.166**	**111.342**

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia monitora de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

12. Contingências

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso, abaixo demonstrados, como possíveis.

O total estimado de processos, em 30 de setembro de 2026, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R$ 367 (R$ 536 em 31 de dezembro de 2025), conforme segue:

Possível	30/09/2026	31/12/2025
Cível	367	536
Total	**367**	**536**

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 101.662, representado por 101.661.674 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A.). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(b) Reserva legal

Como trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R$ 20.332.

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 294.908.

(d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, com a finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 22 de maio de 2026, foi deliberada e aprovada a distribuição de dividendos intermediários de R$ 37.502, com recursos desta reserva. Em 30 de setembro de 2026 o saldo desta reserva é de R$ 43.827 (R$ 81.329 em 31 de dezembro de 2025).

(e) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva é de R$ 46.801.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de ser considerado destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro líquido do período	**84.198**	**57.629**
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	101.662	101.662
Lucro básico e diluído por ação	**0,83**	**0,57**

Em 30 de setembro de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas Informações financeiras intermediárias.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

15. Receita operacional líquida

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita bruta				
Remuneração de ativos de contrato (a)	65.558	144.882	31.566	101.648
Receita de operação e manutenção	2.612	8.155	5.229	9.872
Outras deduções	(255)	(684)	-	-
Total	**67.915**	**152.353**	**36.795**	**111.520**
Deduções da receita				
PIS/COFINS corrente e diferido	(6.282)	(14.025)	(3.111)	(9.966)
Encargos setoriais (b)	(412)	(1.334)	(412)	(1.230)
Total	**(6.694)**	**(15.359)**	**(3.523)**	**(11.196)**
Receita operacional líquida	**61.221**	**136.994**	**33.272**	**100.324**

(a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativo de contrato. A variação observada, quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, refere-se principalmente à atualização da Receita Anual Permitida (RAP);

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Serviços de terceiros	(781)	(2.316)	(2.451)	(3.740)
Pessoal	(490)	(1.572)	(578)	(1.737)
Material	(19)	(38)	(31)	(74)
Amortização do ativo intangível	-	-	(4)	(12)
Arrendamento e aluguéis	(16)	(47)	(22)	(71)
Outros custos	(87)	(209)	(46)	(109)
Total	**(1.393)**	**(4.182)**	**(3.132)**	**(5.743)**

(b) Despesas gerais e administrativas

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Pessoal	(631)	(1.237)	(145)	(444)
Serviços de terceiros (a)	(404)	(2.637)	(137)	(459)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(350)	(943)	-	-
Seguros	(30)	(110)	-	-
Depreciações e amortizações	(11)	(19)	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	(19)	(27)	8	(94)
Total	**(1.445)**	**(4.973)**	**(274)**	**(997)**

(a) A variação observada decorre do rateio do compartilhamento de infraestrutura de pessoal, realizado em conformidade com a REN nº 948/2021, bem como com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos, firmado em 26 de março de 2026, com anuência da ANEEL por meio do Despacho nº 1.740, de 15 de maio de 2026.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

17. Resultado financeiro

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Rendimento de aplicações financeiras (a)	1.307	4.793	2.008	5.363
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(68)	(230)	(98)	(254)
Outras receitas financeiras	156	159	102	109
Receitas financeiras	**1.395**	**4.722**	**2.012**	**5.218**
Encargos e variação monetária	(2.806)	(18.706)	(4.211)	(20.853)
Outras despesas financeiras (b)	(2.430)	(3.380)	(1.634)	(4.811)
Despesas financeiras	**(5.236)**	**(22.086)**	**(5.845)**	**(25.664)**
Resultado financeiro	**(3.841)**	**(17.364)**	**(3.833)**	**(20.446)**

(a) Os rendimentos sobre aplicações financeiras referem-se às aplicações classificadas como Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (TVM). No período, foram registrados rendimentos de R$ 723 provenientes de CDB e R$ 4.070 de TVM, totalizando R$ 4.793.

(b) A redução desta rubrica se deu em função do término do contrato de aval que era registrado na mesma.

18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referentes aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	30/09/2026		31/12/2025	30/09/2025
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
Contas a receber				
Entidades controladas pela Equatorial S.A. (i)	-	-	-	70
Buritirama Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	352
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	515
Jaíba Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	112
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	31
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	36
Tapajós Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	60
Total	**-**	**-**	**-**	**1.176**
Contas a pagar				
Entidades controladas pela Equatorial S.A. (i)	-	-	-	(335)
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. (ii)	(639)	(947)	-	-
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (ii)	(8)	(26)	-	-
Verene Energia S.A. (ii)	(178)	(2.846)	-	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. (ii)	(35)	(35)	-	-
Verene Transmissão Subholding S.A. (ii) / (iv)	-	(39)	-	(2.521)
Buritirama Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	(19)	(19)	-	(427)
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	(115)
Jaíba Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	(9)	(137)	-	(1.167)
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	(24)
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	-	-	(15)
Tapajós Transmissora de Energia S.A. (ii) / (iv)	-	(12)	-	(134)
Total	**(888)**	**(4.061)**	**-**	**(4.738)**
Dividendos a pagar				
Verene Transmissão Subholding S.A. (iii)	-	-	(2.498)	-
Total	**-**	**-**	**(2.498)**	**-**

(i) Em decorrência da alienação do controle acionário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4, a Companhia deixou de fazer parte do grupo econômico da Equatorial S.A.; dessa forma, as entidades controladas pela Equatorial S.A. não são mais classificadas como partes relacionadas da Companhia.

(ii) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura Administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominiais, de informática e telecomunicações e de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

(iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2025, liquidados no período findo em 30 de setembro de 2026;

(iv) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4, em decorrência da alienação do controle acionário da Companhia, houve alteração das denominações sociais das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Denominação atual	Denominação anterior
Verene Transmissão Subholding S.A.	Equatorial Transmissão S.A.
Buritirama Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.
Tapajós Transmissora de Energia S.A.	Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Verene Transmissão Subholding 2 S.A.	Equatorial Transmissora Holding S.A.

(a) Movimentação de dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.278**
Dividendos intermediários	44.371
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	2.498
Pagamento de dividendos	(46.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.498**
Dividendos intermediários	37.502
Pagamento de dividendos	(40.000)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**-**

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. Em contrapartida, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é atribuída e paga diretamente pela respectiva Companhia.

Em decorrência desse modelo, a Companhia não efetua pagamentos diretos à Diretoria Executiva, sendo reconhecida apenas a parcela da respectiva remuneração alocada à Companhia mediante rateio entre as empresas do Grupo. Assim, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, o montante reconhecido pela Companhia totalizou R$ 211.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

19. Instrumentos financeiros

19.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionárias e permissionárias, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

19.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas e da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificadas conforme a seguir:

				30/09/2026		31/12/2025	
	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo estimado
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	4	-	Custo amortizado	74	74	445	445
CDB e operações compromissadas	4	2	VJR*	7.698	7.698	14.247	14.247
Fundos de investimento	5	2	VJR*	46.641	46.641	38.787	38.787
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	-	Custo amortizado	19.409	19.409	18.496	18.496
Total				**73.822**	**73.822**	**71.975**	**71.975**
Passivo a custo amortizado							
Fornecedores		-	Custo amortizado	3.530	3.530	5.491	5.491
Empréstimos e financiamentos	8	2	Custo amortizado	286.568	286.568	299.997	299.997
Debêntures	9	2	Custo amortizado	56.441	58.239	61.657	61.657
Total				**346.539**	**348.337**	**367.145**	**367.145**

*VJR – Valor justo por meio do resultado

19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2025.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1. Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Em 30 de setembro de 2026, não foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

20.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	30/09/2026
Empréstimos e financiamentos	299.997	(12.375)	(15.833)	14.779	286.568
Debêntures	61.657	(6.461)	(2.946)	4.191	56.441
Dividendos pagos	2.498	(40.000)	-	37.502	-
Total	**364.152**	**(58.836)**	**(18.779)**	**56.472**	**343.009**

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem, além dos dividendos apropriados, os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 30 de setembro de 2026, está demonstrada a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 10/12/2026	105.000
Directors and Officers (i)	28/01/2026 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem a Verene Energia S.A. e suas controladas.

22. Eventos subsequentes

Em 23 de outubro de 2026, foi concluída a operação objeto do Investment Agreement and Other Covenants ("Contrato"), celebrado em 15 de maio de 2026 entre a La Caisse de dépôt et placement du Québec ("La Caisse") e o Grupo Energía Bogotá S.A. E.S.P. ("GEB"), com a interveniência e anuência da Verene Energia S.A. ("Verene"), acionista indireta da Companhia, por meio da qual foi criada uma plataforma de controle conjunto na qual foram consolidados os ativos de transmissão de energia detidos pela La Caisse e pelo GEB no Brasil ("Operação"). A Operação foi concluída após o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato, incluindo a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A operação não alterou a composição acionária direta da Companhia.

Docusign Envelope ID: 08F3C668-DFA0-8FD4-8334-8B980EFDE911

***

Diretoria

José Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora Financeira

Artur Fabiano Marques Nogueira Hoff
Diretor

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto
Diretor

Juliana Silva Gomes Madureira
Contadora
CRC RJ 116.377/O